

O ESPAÇO RURAL EM QUESTÃO: o caso dos municípios rurais de Minas Gerais

THE RURAL AREAS IN QUESTION: the case of rural municipalities in Minas Gerais state

Ivair Gomes¹²

RESUMO: Atualmente não é incomum depararmos com aqueles que defendem o fim do agro, endossando a teoria da urbanização completa. Uma outra vertente de pensamento mantém um direcionamento para a dicotomia das relações rurais/urbanas. Neste artigo procuramos inicialmente discutir e corroborar a tese de que rural está deixando de ser eminentemente agrícola e novas relações têm se apresentado. Essas relações implicam novos fluxos e novos fixos que mostram-se basilares para o estudo dessas novas configurações. Em nosso entender aquilo que atualmente fundamentaria a diferenciação rural/urbana seriam as suas relações sendo a "ocupação da população" um importante parâmetro para o entendimento dos espaços rurais. Esse trabalho propõe uma metodologia que busca a ocupação da população como variável para o entendimento dessa diferenciação. Com base nessa metodologia e a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fez-se o levantamento da população ocupada por setores econômicos dos 853 municípios mineiros, encontrando-se, em mais de 66% deles, fluxos ocupacionais predominantemente rurais.

PALAVRAS CHAVE: Rural, urbano, ocupação, espaço, mudanças

ABSTRACT: Currently it is not uncommon to come across those who advocate the end of rural, endorsing the theory of complete urbanization. Another current of thought keeps alive the discussion between the dichotomy agricultural/urban. In this article we firstly discuss and defend the thesis that rural is not only agricultural and new relationships have emerged. These new relations imply new flows and show basis for this new configuration study. The occupation of population appears as a new parameter for a different understanding of agricultural spaces. Agricultural is usually linked to the "field" and ground but doesn't need to

¹ Doutor em Geografia - UFF, Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig, Av. José Cândido da Silveira, 1647, Belo Horizonte, MG, ivair@epamig.br

² Agradeço ao Prof. Dr. Jacob Binsztok (UFF) pelas inestimáveis contribuições para a elaboração deste texto.

work on it directly; the fundamentals of the difference agricultural/urban are the relations embedded on them. This paper proposes a methodology which shows the occupation of population as a basis for understanding the differences between these concepts. Using data from "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE" (Brazilian Institute of Geography and Statistics) we have checked the amount of population that occupies the economical branches in the 853 towns in Minas Gerais. We found, in more than 66% of them, mainly agricultural occupational streams.

KEY WORDS: Rural, urban, occupation, area, changes

INTRODUÇÃO

Partimos da premissa que o Espaço Rural permanece como “espaço fracionado, cujos elementos se apresentam desigualmente solidários uns aos outros” (DOLFFUS, 1972, p. 8), não sendo assim um espaço único e que, como afirma Alentejano, em nossos dias pode-se afirmar que a modernização do campo chega a ser mais acentuada, em alguns lugares, que nas cidades (2003, p.31).

Mas que espaço seria esse?

O rural não é apenas o agrário, nem muito menos é simplesmente o campo; e o surgimento de atividades não tipicamente agrárias não implica fundamentalmente no surgimento de atividades típicas da urbe. Rural se liga fundamentalmente à cultura, aos fluxos, às relações e à história. Faz-se então necessário repensar a relação rural/urbana dentro de uma concepção coeva, nova, em que as analogias ganham relevância, as diferenças se reordenam, se renovam, e as estruturas se reinventam. Não há como fazer políticas públicas sem esse novo arcabouço devidamente clarificado, ou então o trabalhador socialmente excluído manterá sua

eterna instabilidade, num infinito deslocar-se nos múltiplos espaços na busca por melhores condições de vida (GOMES & BINZSTOK, 2009, p. 19).

Atualmente não há mais uma clara dicotomia entre os meios rurais e urbanos, o que há são novas relações, novos fluxos, novos fixos. A inserção de características culturais e tecnológicas urbanas muda o modo de vida rural, embora não os façam menos dependentes do espaço e da natureza a que estão inseridos. O campo tem comportado novos e diferentes produtos fazendo-se necessário ir além da idéia de urbano como unidade territorial preferencial da indústria, comércio e serviços e o rural como lugar por excelência da agropecuária. A população rural não é composta apenas por pessoas que vivem da agricultura. É comum encontrar famílias onde as relações de trabalho são híbridas ou sazonais. Terão membros trabalhando na agricultura, outros em atividades nos setores terciário e secundário e ainda alguns que mesclam os dois afazeres. É indispensável pensar o rural como espaço multifuncional, não apenas agrícola, mas voltado para atividades diversas, como o turismo e a conservação e proteção da natureza. Modernamente o rural está nas cidades, e as cidades estão no rural, mas esses espaços jamais negam sua identidade: eles se reinventam, recriam, reordenam, reassumem novas formas. O pesquisador deve atentar para essas especificidades da dinâmica social.

Tendo o que foi dito acima como fundamento, esse trabalho foi desenvolvido com dois objetivos básicos:

- 1 - fazer uma rápida revisão de literatura acerca do conceito de Espaço Rural.
- 2 - sugerir uma metodologia para se definir o que sejam municípios rurais, no intuito de fornecer subsídios para se contrapor à idéia de "urbanização completa".

Trabalhos como esse se justificam, dentre outros motivos:

1. pelo fato de o espaço rural ter sido o grande ausente dos estudos agrários sendo que “é preciso que ocorra uma volta à geografia rural e que se produzam estudos agrários mais abertos às relações externas dessa atividade” (DINIZ, 2003, p.87);
2. pela necessidade de (re)discutir o conceito de Espaço Rural neste início de século XXI;
3. pela necessidade de entender que espaço é esse, como se articula e como se ordena.

MUDANÇAS NO RURAL: DE ESPAÇO INFINITO A ESPAÇO FRACIONADO

Historicamente o rural tem passado por mudanças, o que nem sempre significa que ele evoluiu, (principalmente do ponto de vista social), visto que, embora as mudanças sejam constantes; os avanços não.

Pode-se duvidar se o mundo avança sempre em perfeição ou se avança e recua por períodos. Pode-se, pois, questionar se todas as criaturas avançam sempre, ao menos no final de seus períodos, ou se existem também aquelas que perdem e recuam sempre, ou, enfim, se existem aquelas que realizam períodos no final dos quais percebem não ter ganhado nem perdido; da mesma forma que existem linhas que avançam sempre, como a reta, outras que voltam sem avançar ou recuar, como a circular, outras que voltam e avançam ao mesmo tempo, como a espiral, outras, finalmente, que recuam depois de terem avançado, ou avançam depois de terem recuado, como as ovas (LEIBNIZ, 1997).

As transformações no espaço rural se deram de forma social e territorialmente desarmônica, descontínua e dessemelhante. Modernamente não é mais tão comum encontrar o espaço rural distinto e claramente perceptível, ligado a determinadas

atividades exclusivas daquele espaço ou relações únicas inerentes a ele. O crédito agrícola, as leis, os programas de desenvolvimento rural, as manifestações culturais de origem rural, são hoje debatidas, resolvidas, divulgadas e encenadas nas cidades (GOMES & BINZSTOK, 2009, p. 20).

Ainda de acordo com os autores acima, o novo espaço rural se forja em conexão com espaços urbanos e não raramente ele se estrutura dentro da urbe. Então o espaço rural não está mais somente no campo, mas diversas vezes ele se sobrepõe ao espaço urbano e às cidades, sendo que, no entanto, permanece distinto. Suas relações de trabalho, suas relações sociais, suas relações culturais possuem características próprias e discerníveis (embora não necessariamente exclusivas). Gomes e Binzstok seguem afirmando que:

a noção de espaço rural se define por um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Características como a forte ligação com a terra, a grande influência da sazonalidade, os vieses culturais, a permanência de relações não capitalistas, identidade e representações específicas, são marcantes no espaço rural, embora não exclusivas a ele. O rural permanece não somente pela presença de uma ou mais de uma dessas características, mas pela sua forma, sua territorialidade e seus fluxos. Isso significa que não temos necessariamente um espaço rural exclusivo mas sim um espaço distinto e distinguível (GOMES & BINZSTOK, 2009, p. 20).

O entendimento de espaço rural aqui defendido passa pelo entendimento do espaço Leibniziano.

Embora Kant vá classificar Leibniz, juntamente com Descartes e Espinosa, como filósofos “racionalistas” e Locke, Berkeley e Hume como “empiristas”, muitos estudiosos atuais discordam dessa classificação, principalmente porque o próprio

Kant se vangloriava de ter criado uma nova síntese com o que havia de correto no racionalismo e no empirismo (ROSS, 2001, p.9).

A verdade é que Leibniz “ocupava uma posição na interface entre a visão de mundo holística e vitalista da Renascença e o materialismo atomista e mecanicista que iria dominar os séculos XVIII e XIX (ROSS, 2001, p.10)”. Ele dá ainda fundamental contribuição a Adam Smith quando vincula o sentimento moral à maior utilidade das normas. No século XVIII Leibniz contrapõe a visão mecanicista de Newton, que concebia o espaço infinito e conseqüentemente os recursos também infinitos. A concepção de espaço Newtoniana se baseava na necessidade da existência de um ponto ou quadro fixo de referência para o um corpo, já que, para ele, haveria uma diferença absoluta entre um corpo em repouso, em movimento e sob aceleração. Esse quadro fixo de referência seria o espaço absoluto em relação ao qual os corpos se movem ou se aceleram. Leibniz critica essa noção de espaço absoluto já que para sua existência ele teria que ser totalmente uniforme e homogêneo, não havendo então marcadores, impedindo assim sua função como quadro de referência já que as pessoas não teriam como dizer o que se moveu relativamente a ele. Leibniz acaba por concluir que o espaço é irreal ou uma abstração sendo que a única base para verdades sobre relações espaciais era a maneira como estas se mostram a diferentes observadores (ROSS, 2001, p.57).

Ao relativizar o espaço forja-se uma visão que contrapõe o pensamento mecanicista de Newton. Assim, o espaço rural é leibniziano na medida que ele somente se forja a partir de abstrações. A aceitação da existência de um espaço rural distinto somente se faz a partir da aceitação da existência de múltiplos espaços, múltiplas relações, múltiplos olhares. Não é um "continuum" ou um

"oposto" de nada. Ele tem características econômicas, culturais e sociais próprias, mas não necessariamente exclusivas.

OS FIXOS SE ESPALHAM

Compreender o espaço rural, seus fluxos e suas relações, é pressuposto para um conhecimento mais completo de suas características, carências e abundâncias. Para isso é necessário uma nova interpretação do rural tendo por base novos eixos, novas realidades. Mas que novas realidades seriam essas? Inicialmente algumas se destacam.

1) Tem-se hoje um rural invadido pelo pequeno burguês em busca de pequenas propriedades. Esse capital urbano muda as relações de trabalho, seu custo e seu objetivo. Valoriza-se a empregada doméstica, o jardineiro, etc. Altera o valor de troca da terra, dando novos parâmetros para sua valoração, como a beleza da paisagem.

2) Também há uma "patrimonialização" do camponês. Para entender o significado dessa "patrimonialização" é necessário relativizar (devido à temporariedade) algumas falas de Shanin, Chayanov e Chonchol. Shanin afirmou que a base central caracterizadora do campesinato está "na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social" (1980:51). Chayanov (1974), apreende a economia camponesa como uma forma de produção mista, regida por leis que não são nem feudais nem capitalistas e para Chonchol "a agricultura camponesa possui certa autonomia com relação às sociedades mais amplas que as englobam, é o

que lhes permite conservar as particularidades e especificidades sociais, econômicas e culturais” (Chonchol, 1986). Entendemos que o camponês na pós-modernidade está, com poucas exceções, inserido no sistema capitalista, são o que Martins (1996) chama de “proletários agrícolas”. Ele não é uma exceção ou mesmo um símbolo de resistência ao sistema. Cada vez mais as comunidades camponesas se transformam em mão-de-obra disponível para o capitalista e, paralelamente, seu sistema produtivo se adapta ao capitalismo.

3) Grande número de trabalhadores e empresários rurais, proprietários, arrendatários, meeiros, vivem nas cidades ou no que se proclama legalmente “perímetro urbano”.

4) Cada vez mais boa parte da produção agrícola se dá dentro do “perímetro urbano”, principalmente em Regiões Metropolitanas.

5) Por outro lado algumas características se mantêm. O trabalho precário por exemplo.

Compreendemos ainda que o espaço rural ainda é uma estrutura válida para a pesquisa e não apenas um continuum do espaço urbano, embora os fixos tenham se espalhado (indústrias no campo, agricultura periurbana, etc). A modernidade veio “fraturar o mundo rural em duas realidades bem distintas: o mundo rural moderno (complementar ao urbano) e o mundo rural tradicional” (Ferrão, 2000). Temos ainda as pequenas cidades, aglomerações, vilas; legalmente tidas como urbanas, mas que não vivem plenamente uma experiência urbana. Isso é válido se entendermos como urbana uma sociedade que nasce da industrialização num processo que domina e absorve a produção agrícola (Lefebvre, 2002, p.15).

IDENTIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE NO ESPAÇO RURAL

Tradicionalmente (principalmente após a Revolução Industrial) a população rural não é composta exclusivamente por pessoas que vivem da agricultura. É comum encontrar famílias onde as relações de trabalho são híbridas ou sazonais, isto é, terão membros trabalhando na agricultura, outros em atividades nos setores terciário e secundário e ainda alguns que mesclam os dois afazeres. Certamente essas atividades mudaram com o tempo porém, afirmar que temos um "novo rural" tendo apenas como base a existência dessa multiplicidade de ocupação é precipitado, e a presença de atividades tidas como "não-agrícolas" no rural além de não serem um fato novo (embora a atividade possa ser nova) também não implicam fundamentalmente no surgimento de atividades immanentemente urbanas (veja o caso de pedreiros e empregadas domésticas que há muito são encontrados no meio rural).

Atualmente não há mais uma clara dicotomia entre os meios rurais e urbanos, o que há são novas relações, novos fluxos, novos fixos. Faz-se então indispensável pensar o rural como espaço multifuncional, não apenas agrícola, mas voltado para atividades diversas, como o turismo e a conservação e proteção da natureza visto que é somente através da "relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las" (SANTOS, 1982, p.25).

Modernamente o rural está nas cidades, e as cidades estão no rural, mas esses espaços jamais negam sua identidade: eles se reinventam, recriam, reordenam, reassumem novas formas. O pesquisador, quando realiza seu estudo,

deve atentar-se sempre em suas metodologia para as especificidades da dinâmica social.

A idéia de um método fixo, ou de uma teoria fixa da racionalidade, assenta numa visão demasiado ingênua do homem e das condições sociais que o rodeiam. Existem verdades e o conhecimento não é estável, ele precisa estar sujeito a situações conflitantes, confronto de teorias, para que haja o progresso” (FEYERABEND, 1996).

As mudanças concernentes às relações entre a cidade e o campo têm sido interpretadas de modos díspares por pesquisadores. A dessemelhança entre os meios urbanos/rurais “se manifesta no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, de forma que o rural se torna um ator coletivo, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais” (WANDERLEY, 2001, p.33). Na assertiva de Diniz “o rural e o urbano continuam como formas específicas de ocupação territorial, formas específicas de paisagem, apesar da crescente penetração de valores, capitais e atividades urbanas no campo” (2003: p.86). Em relação à organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem o campo com a agricultura pois:

O ‘campo’ não está passando por um processo único de transformação em toda sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido, não se pode falar de ruralidades em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1998, p.53)

Um outro fator a ser apreendido perpassa pela modernização do campo. A modernidade a que estamos inseridos não constitui-se em fator urbanizador pois ela não é uma exclusividade do meio urbano e a tecnologia não é uma característica unívoca à urbe. A modernização do campo nas últimas décadas estruturou-se como o fator de maior impacto socioeconômico e político nos cenários agrícola, industrial e urbano do país (GALVÃO, 1996). Mas essa modernização foi apenas técnica e tecnológica. Socialmente o que aconteceu no rural foi uma nefasta conservação das desigualdades sociais, que, diga-se, também é vista nas áreas urbanas. É inquestionável que a tecnificação do campo trouxe novas demandas para o espaço rural, muitas delas sem nenhum tipo de ligação à produção agrícola. Também a interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente de bens de consumo não duráveis, como têxteis, vestuário e calçados “têm contribuído para a revitalização econômica de determinadas áreas rurais” (SCHNEIDER, 2000). Apesar disso não são máquinas e técnicas que igualam cidade e campo. O que há de próximo entre os dois são as relações de interdependência.

De acordo com Henri Lefebvre a “agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso de centros urbanos...” (LEFEBVRE, 2002, p.21). Para ele o campo “não é mais que a circunvizinhança da cidade, seu horizonte, seu limite” e as pessoas da aldeia “produzem para a cidade, para o mercado urbano” (2002, p.24). Então as pessoas da cidade produziram para quem? Para outros cidadãos, claro, mas também, e cada vez mais, para os rurais, além do que a modernidade veio “fraturar o mundo rural em duas realidades bem distintas: o mundo rural moderno (complementar ao urbano) e o mundo rural tradicional” (FERRÃO, 2000). Neste sentido como ficaria a relação urbano-rural? Se o rural

depende do urbano, o contrário, embora não absoluto, também pode ser verdadeiro. Mas essa interdependência não é fator homogeneizador, como pode parecer a princípio. As relações continuam heterogêneas, produtos industrializados também são direcionados para as cidades, e camponeses compram em centros urbanos produtos agrícolas provindos de outras áreas e por eles não cultivados. Os fixos urbanos se espalham pelo rural. Há uma nova reorientação espacial, mas não uma unificação. Não há como entender o rural e o urbano como formas isoladas, mas como estruturas que se interagem dentro de uma dinâmica capitalista. A maior convivência entre o rural e o urbano não significa unicidade, mas relações, possibilidades, idiosincrasias. A ruralidade é um “conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização” (ABRAMOVAY, 2001).

DISTINÇÃO ENTRE ÁREAS RURAIS E URBANAS

A ONU entende que como as características que diferenciam as áreas urbanas e rurais diferem de um país para outro, a distinção entre as zonas urbanas e rurais da população ainda não podem ser condensadas em uma única definição aplicável a todos os países e até mesmo à maior parte das países de uma região. Quando não existem recomendações sobre esta questão, os países devem estabelecer as suas próprias definições de acordo com as suas necessidades específicas. A ONU propõe ainda a utilização de critérios como: o predomínio de atividades agrícolas pela população economicamente ativa; o acesso a serviços e

instalações considerados tipicamente urbanas e a densidade populacional (United Nations, 2008, p.124).

Apesar das peculiaridades de cada país as definições entre áreas urbanas e rurais geralmente partem do urbano como referencia.

No caso do Brasil existe uma distinção legal para o que é rural e o que é urbano (decreto lei 318/38), sendo que quem define os limites desses dois espaços são os municípios, através de suas leis que definem quais são os limites do urbano. No Brasil de hoje é rural tudo o que não está no perímetro urbano de um município, conforme decreto municipal.

Em Portugal, por exemplo, o decreto-lei n.º 380/99, de 22/09/99, no seu art.º 72º afirma que "solo urbano é aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo, o seu todo, o perímetro urbano" (FREITAS, 2002).

Nos Estados Unidos, segundo definição do E.U. Census Bureau, os espaços rurais compreendem áreas abertas e localidades com menos de 2.500 habitantes e que não pertençam a Áreas Urbanizadas (UA) e a Cluster Urbanos (UC). Mais especificamente, territórios, populações e moradias não classificadas como urbanas são consideradas rurais. De acordo com estes dados, a população rural nos EUA era de 59 milhões (21% do total) em 2000 (US Census Bureau, 1995).

Na Nova Zelândia, a classificação urbano/rural se dá com base nos parâmetros adotados pela Statistics New Zealand Official Agency. Eles evitam tratar os espaços rurais como forma residual do urbano, classificando-o de acordo com os diferentes graus de influência nas proximidades das zonas urbanas

A classificação padrão de área urbana tem duas categorias de áreas rurais: centros rurais e 'outro rural'. Centros rurais são definidos pelo tamanho da população, tendo a população de 300 a 900 em uma área razoavelmente compacta que serve às áreas rurais vizinhas (território distrital). Eles tem um limite estatístico definido (uma unidade de área), mas nenhum status legal. 'Outro rural' é a classificação de área urbana de categoria residual e inclui todas as unidades de área que não sejam urbanas ou de centros rurais. Essa categoria inclui pequenas baías, ilhas, águas territoriais e águas oceânicas fora das áreas urbanas. Estatísticas da Nova Zelândia identificaram a necessidade de desenvolvimento de uma classificação de áreas rurais que permitisse que as distintas comunidades rurais presentes na Nova Zelândia fossem identificadas (NEW ZEALAND'S OFFICIAL STATISTICS AGENCY, 2006)

Na China, o China's State Statistical Bureau usa três conceitos distintos na definição da população rural Chinesa: "rural", "agrícola" e "paisagem" (countryside). Em 1984, estabeleceu-se a seguinte classificação para rural e urbano: o total da população urbana e o total da população rural são classificados de acordo com a sua residência usual. A população urbana é o total de população que inclui aqueles administrados a nível de cidade urbana ou interiorana; a população rural é o total de população que inclui aqueles administrados a nível de condado (exceto cidades interioranas). (MARTIN, 1992).

DE URBANO E MUNICÍPIOS RURAIS

A partir da leitura dos dados divulgados pelo IBGE (Censo 2000) conclui-se que: a população de Minas Gerais é superior a 16 milhões de habitantes, estando 74,9% desse contingente em áreas urbanas e 21,1% nas zonas rurais (figura 01).

População Urbana e Rural de Minas Gerais

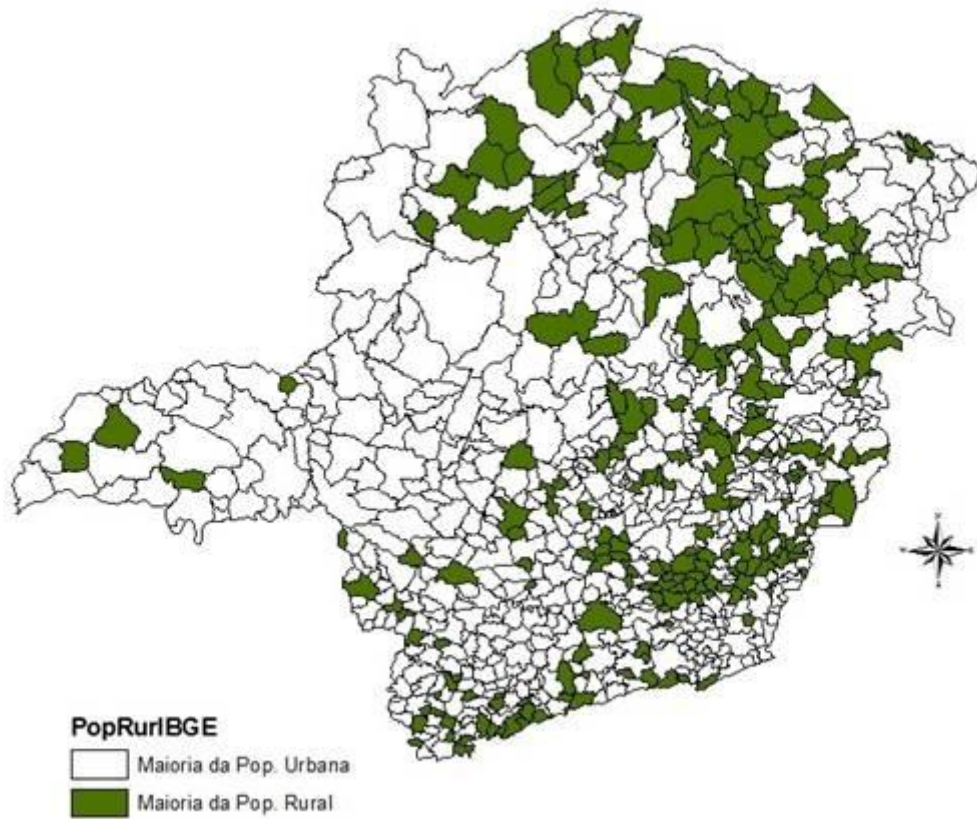


Figura 1: Municípios com maioria da pop. rural - segundo IBGE/2000

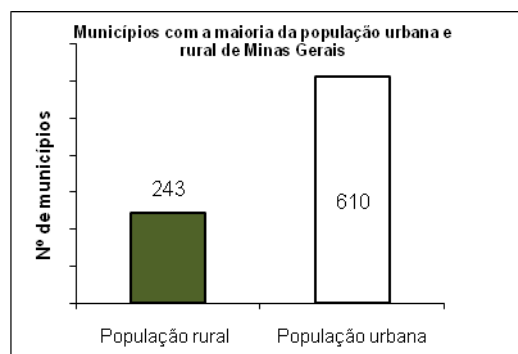


Gráfico 1: Número de municípios com pop. rural e urbana em MG

O entendimento de que é o fazer que define a existência duma classe, e um olhar mais detalhado sobre os resultados do censo pode levantar suspeitas acerca desse império urbano.

Dos 853 municípios mineiros, 243 possuem população rural superior à população urbana. Nos restantes 610, encontramos 318 onde a maior parte da população está ocupada diretamente no setor agropecuário, extração vegetal ou pesca. Nesses municípios as cidades estão subordinadas ao campo e os fluxos são basicamente rurais, e se retornamos ao que asseverou Deffontaines (1952, p.16), “há uma cidade sempre que a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração”; essas aglomerações não poderiam ser alcunhadas de cidades. Temos então os municípios rurais onde tanto as ditas cidades quanto o campo estão social e economicamente dependentes do rural. Formam-se a partir de fixos e fluxos que “combinados caracterizam o modo de vida de cada formação social” (SANTOS, 2002, p.129).

Com base no "predomínio das atividades agrícolas" sugerido pela ONU (United Nations, 2008, p.124) e já comentado no capítulo anterior, e tendo como parâmetro os municípios do estado de Minas Gerais, podemos fazer as seguintes inferências.

São municípios rurais todos aqueles que (Figura 2 e Gráfico 2):

1. a maioria de sua população vive no campo ou,
2. a maioria de sua população trabalha no setor agropecuário.

Isso significa que, com base nesses pressupostos, 66% dos municípios mineiros e 28,02% da população total do estado são rurais (Gráfico 3).

Municípios Rurais de Minas Gerais



Figura 2: Municípios rurais

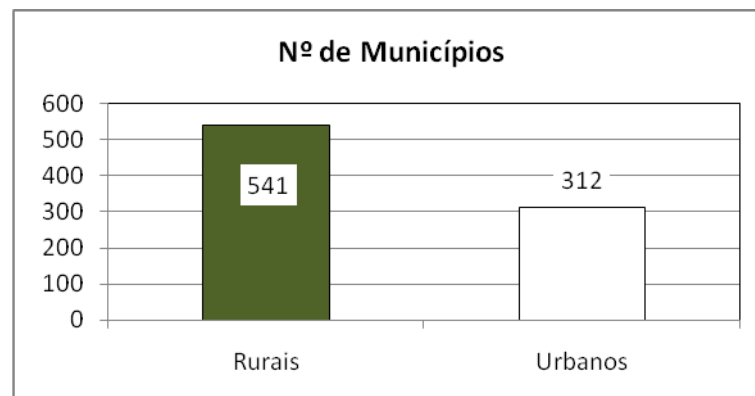


Gráfico 2: Municípios com predomínio das atividades agrícolas

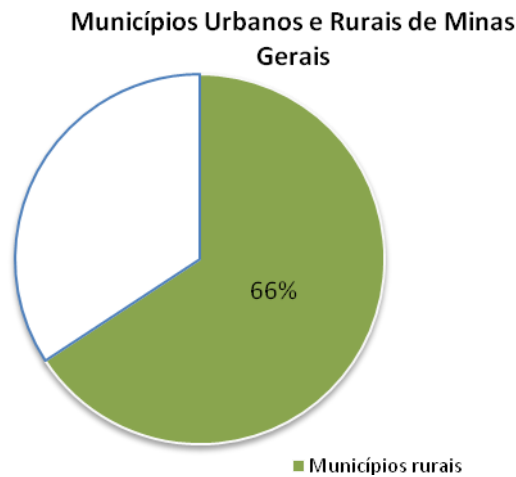


Gráfico 3: Percentual de mun. com maioria da pop. na atividade agrícola

No referente à população total se compararmos os dados apresentados inicialmente pelo IBGE percebemos que é pequena a diferença relativamente aos dados aqui encontrados, sendo, no entanto, significativo o número de municípios basicamente rurais, possivelmente em função de suas reduzidas populações.

Para o entendimento dos municípios rurais a partir das informações censitárias podemos vislumbrar duas assertivas.

A primeira está ligada ao entendimento de espaço proposto por Milton Santos. Se a paisagem é o “conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” e o “espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2002, p.103) temos uma maioria de municípios sob o domínio dos espaços rurais, sendo que:

- cada vez menos as formas urbano/rurais se diferenciam;
- os fluxos nestes espaços estão majoritariamente ligados ao rural;
- as aglomerações são apenas facilitadoras das relações.

Uma segunda assertiva seria quantitavista. A definição de população urbana foi dada pelos estatísticos como aquela “formada pelo conjunto de indivíduos que residem num agrupamento de habitações compacto, perfazendo um número mínimo de 2.000, com a condição de que para os núcleos de menos de 10.000 habitantes o efetivo que vive do trabalho da terra não ultrapasse os 25%. Acima deste número todo agrupamento será considerado urbano” (DOLFFUS, 1972, p.79). Incluindo-se a questão função nesta definição poderíamos ver que a população de mais de 80% dos municípios mineiros vivem do efetivo trabalho da terra, embora não se enquadrem no limite de 10.000 habitantes proposto pelos estatísticos. O entendimento de espaço urbano passa por diversas acepções, mas é necessário também entender fundamentalmente as funções.

CONCLUSÃO

Modelos não são realidade, modelos são modelos, modelos não são totalidade, combinação de muitos elementos, assim não defendemos a simples regulação dos parâmetros sugeridos pela ONU, visto necessitarem de maior e melhor avaliação, mas algumas conclusões podem ser feitas.

Os estudos da modernidade contribuíram para o entendimento de um urbano hodierno, irradiador de tecnologias e mercadorias, em oposição a um rural

tradicional, natural (SAUER, 2003, p.2). Mesmo considerando-se o possível advento da pós-modernidade, tal dicotomia permanece. O encantamento pelo fervor dos espaços urbanos e suas possibilidades relegou o rural ao esquecimento, ao residual ou e principalmente a uma posição de antítese, de oposição à cidade, ao urbano e ao moderno. Os processos sociais possibilitam releituras e re-apropriações destes valores (2003, p.3).

Também nunca é demais repetir a necessidade de se pensar a reforma agrária como política social prioritária, já que é evidente ser a propalada desertificação do rural uma asserção discutível. Embora tidos como urbanos muitos municípios são de base rural.

É compreensível a dificuldade do IBGE em fazer mudanças em suas metodologias de pesquisa, mas ao não relativizar o conceito de urbano, traça resultados no mínimo duvidosos.

Os fixos se espalham: indústrias no campo e agricultura periurbana. As pequenas cidades não vivem uma experiência urbana, elas, independente de suas denominações, não passam de aglomerados rurais ou cidade rurais.

Os fluxos se renovam, o local de residência deixa de ser primordial no entendimento de rural. Os moradores das sedes municipais transitam pelo rural e tem neste o lugar de referencia social e cultural.

O rural está sempre ligado à terra, mas não necessariamente ao trabalho agrícola. O que fundamenta a diferenciação rural/urbana são as relações. Os fluxos populacionais, informacionais, econômicos, são cada vez mais intensos e bidirecionais. O meio urbano não é mais o único centro a emanar informações,

técnicas, tecnologias. O rural passou a também ser emissor do conhecimento além de demandador de novos produtos. Não obstante, o campo não perdeu uma forte ligação com o ciclo da natureza. Já não é tão forte uma relação de pertença a determinado grupo campesino ou citadino. O homem perpassa pelos diferentes agrupamentos. As pequenas cidades e vilas são na verdade aglomerações rurais facilitadoras das relações sociais. Não existe, de forma absoluta, uma oposição campo/cidade. O que existe são novos fluxos, novos fixos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 2001.

ALENTEJANO, Paulo R. R., As relações campo-cidade no Brasil do século XXI in **Terra Livre**, ano 19, v2, n.21, Associação dos geógrafos do Brasil, São Paulo, 2003, p25-39.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.11. p. 53-75, out. 1998

CHAYANOV, Alaxander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, Jacques. **Paysans a venir – les sociétés rurales du tiere muonde**. Paris: La Decouverte, 1986 (Mimeo).

DEFFONTAINES, Pierre. **Geografia Humana do Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro: Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DINIZ, Alexandre F. Os dilemas atuais das geografias rural e agrária. In MENEZES, Ana Virgínia Costa et al. **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: NPGeo,UFS, 2003.

DOLFFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difusão européia do livro,1972. 121p.

FERRÃO, João. **Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro**. EURE v. 26, n. 78, Santiago, set. 2000.

FEYERABEND, Paul. **Contra el método**. Barcelona: ARIEL, 1996.

FREITAS, Mário Nelson de Moraes. **É melhor, para a Saúde, viver no campo ou na cidade?** Lisboa: Mundo luso, 2002.

GALVÃO, M. C. C., As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil. Anais: **O ensino de geografia de 1º e 2º graus frente às transformações globais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GOMES, Ivair. BINZSTOK, Jacob. **O espaço rural e relações rural/urbanas: algumas aproximações a partir de textos publicados no "Journal of Rural Studies"**. in "Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Niterói-RJ: 2009.

LEFEBVRE, Henri.. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002

LEIBNIZ,G.W. **O discurso de metafísica**. Lisboa: edições 70, 1997.

MARTIN, Michael F. Defining China's Rural Population. **The China Quarterly**. 1992.n. 130, p. 392-401, jun.

MARTINS, Elvio R.. **Da geografia à ciência e o discurso lógico**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo/USP: São Paulo, 1996.

NEW ZEALAND'S OFFICIAL STATISTICS AGENCY. **New Zealand: An Urban/ Rural Profile Update**. 2006. Disponível em: www.stats.govt.nz. Acesso em: 15 set. 2008.

ROSS, G. Macdonald,. **Leibniz**. São Paulo: Loyola. 2001.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. In: **Revista Geografia e Ensino**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, nº 1, ano 1, 1982.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: **XI congresso brasileiro de sociologia**. Campinas: UNICAMP. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. In: **Cuadernos de desarrollo rural**. Bogotá: Colômbia, v.1, n.44, p.11-44, 2000.

SHANIN, Teodor. **A definição do camponês**: conceituações e Desconceituações – O velho e o novo em uma discussão Marxista. In: **ESTUDOS SEBRAP**; Trabalho e dominação. Estudos CEBRAP.; Petrópolis: ed. Vozes, nº 26, 1980, p. 41-80.

UNITED NATIONS. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses** - Revision 2. Economic and Social Affairs - Statistics Division, USA: Nova York. 2008.

US CENSUS BUREAU. **Urban and rural definitions**. 1995. Disponível em: <<http://www.census.gov/population/censusdata/urdef.txt>> Acesso em: 15 set. 2008.



WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno** in Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. Buenos